**1.Registro Civil das Pessoas Jurídicas:**

O Gestor do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ declara, sob pena de responsabilidade, que:

|  |  |
| --- | --- |
| 1. Estão regulares em seus aspectos formais (art. 922 a 929 do CNCGJ):  * Livro A * Livro B * Livro Protocolo * Livro Índice | ☐ Sim ☐ Não  ☐ Sim ☐ Não  ☐ Sim ☐ Não  ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O número do protocolo é formado com data, hora, minuto, segundo, digito verificador (art. 12 §2º do Provimento CGJ nº 62/18)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O número de identificação de cada pessoa jurídica e de cada filial é formado pelo CNS da serventia acrescido do número da primeira inscrição. (art. 12 §2º do Provimento CGJ nº 62/18)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Os registros iniciais são organizados por um único número de matrícula, sendo vinculados a ele todos os registros posteriores, identificados pelo protocolo, data de registro e número da matrícula (art. 12 §3º e 4º do Provimento CGJ nº 62/18)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Estão sendo enviadas para a central RCPJ todos os nomes, dados e imagens das pessoas jurídicas registradas em seus ofícios, com atualizações permanentes (art. 9º Provimento CGJ nº 62/18)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. A licitude das atividades da pessoa jurídica é examinada antes do registro (art. 935 do CNCGJ)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É observado o local da sede da pessoa jurídica para registro de seus atos constitutivos (art. 917 § 1º do CNCGJ)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O número do CNPJ está sendo associado ao registro da pessoa jurídica, sendo referência suficiente para a sua localização (art. 922 §3º do CNCGJ)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Os exemplares de contratos, atos, estatutos e publicações, registrados ou averbados, são arquivados com os respectivos documentos, organizados por prontuário, para cada pessoa jurídica, podendo ainda ser digitalizados ou microfilmados. (Art. 930 do CNCGJERJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As pessoas jurídicas compostas de não residentes no país deverão ter representante residente com poderes para responder em seu nome ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente, designados no próprio instrumento ou em ato apartado. ((art. 936 §9º do CNCGJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É exigida declaração do titular ou administrador da entidade de não estar impedido de exercer a atividade empresarial ou a administração mercantil, em virtude de condenação criminal (artigo 932 § 1º do CNCGJ)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É cumprido o §10 do art. 936 do CNCGJ que preconiza que os sócios, mesmo que estrangeiros, precisam apresentar em sua qualificação na sociedade o número do CPF ou CNPJ? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Constam dos contratos sociais das sociedades simples e os estatutos das associações, das organizações religiosas, dos sindicatos e das fundações o visto de advogados legalmente inscritos? (art. 944 do CNCGJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As procurações para a assinatura dos atos são registradas e se implicarem em disposição de bens e direitos relacionam os poderes específicos, considerando-se como válidas até que se expire o prazo determinado ou seja averbado instrumento de revogação. (Art. 946, §3º do CNCGJ. | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. Nas averbações de alterações estatutárias ou contratuais, *nos casos especificados em lei*, é exigido requerimento do representante legal da associação, organização religiosa, sindicato, fundação ou sociedade simples? (Art. 950 do CNCGJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. No caso de transferência de registro por mudança de sede é cumprido o art. 951 do CNCGJ? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É observado o prazo de exame e registro disposto no art. 954 do CNCGJ (30 dias salvo disposição legal em contrário)? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As dúvidas suscitadas são anotadas no protocolo, encaminhadas ao Juízo competente, e notificado o apresentante no prazo? ( art. 955 §3º do CNCGJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. No registro de jornais, oficinas impressoras, empresas de radiodifusão e agências de notícias são cumpridas as regras do art. 956 do CNCGJ? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É cumprido o prazo de 8 (oito) dias nas averbações de alterações das informações ou documentos. (art. 957 do CNCGJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O Serviço observa a vedação de prestar os serviços eletrônicos, diretamente ou por terceiros, em concorrência com as centrais de serviços eletrônicos compartilhados, ou fora delas (Art. 253 , III do Código Nacional de Normas do CNJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. São realizadas as distribuições dos documentos apresentados para registro no prazo? (art. 964 do CNCGJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. As alterações nas informações ou documentos são averbadas na matrícula, no prazo de 8 (oito) dias e, a cada declaração a ser averbada, corresponderá um requerimento. (Art. 957 do CNCGJERJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. São promovidos cursos destinados ao treinamento de todos os prepostos da Serventia sobre os procedimentos preconizados no Provimento CNJ nº 88/2019 (prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo)? (artigo 8º, §2º, incisos III, do Provimento CNJ nº 88/2019) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. É realizada a comunicação no dia útil seguinte à pratica do ato à Unidade de Inteligência Financeira- UIF, através do Siscoaf, de operações que, por seus elementos objetivos e subjetivos, possam ser consideradas suspeitas de lavagem de dinheiro ou financiamento ao terrorismo e os que envolval pagamento ou recebimento de valor igual ou superior a R$50.000,00? (artigo 15 e 27 do Provimento CNJ nº 88/2019 e no artigo 251 do CNCGJ) | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O Serviço apresentou comprovante das comunicações de informações realizadas à Corregedoria Geral da Justiça RJ sobre a eventual existência ou inexistência, nos seis meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira – UIF, conforme disciplinado no artigo 17 do Provimento CNJ nº 88/2019 e no artigo 252 do CNCGJ de Aviso CGJ nº 386/2023? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O Serviço apresentou comunicação quanto à pratica do ato à Unidade de Inteligência Financeira- UIF de registro de quaisquer documentos que se refiram a transferências de bens imóveis de qualquer valor, de transferências de cotas ou participações societárias, de transferências de bens móveis de valor superior a R$ 30.000,00 (Art. 164, I do CNN-CNJ). | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O Serviço apresentou comprovante das comunicações de informações realizadas à Unidade de Inteligência Financeira- UIF, através do Siscoaf de registro de quaisquer documentos que se refiram a mútuos concedidos ou contraídos ou doações concedidas ou recebidas, de valor superior ao equivalente a R$ 30.000,00 (Art. 164, I do CNN-CNJ). | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O registrador está ciente de que se deixar de cumprir as obrigações do art. 151 do CNN-CNJ está sujeito às sanções previstas no artigo 12 da Lei n. 9.613/98? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O Serviço Extrajudicial aderiu à Central PJRJ Digital (centralrcpj.com.br), nos termos do Provimento CNJ nº 62/2018 e Aviso 131/2022? | ☐ Sim ☐ Não |
| 1. O Serviço Extrajudicial está processando os pedidos de criação, alteração e baixa das pessoas jurídicas através da REDSIM? (Lei 11598/2007- art. 917 §2º, artigo 917 §2º e 3º do CNCGJ)? | ☐ Sim ☐ Não |

**Observações:**

|  |
| --- |
|  |

**Pelo presente termo de responsabilidade, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, gestor do Serviço do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro para os devidos fins, que no desempenho das funções a mim conferidas, observo integralmente os deveres e obrigações determinadas no artigo 30 da Lei 8935/94, e que as informações consignadas no presente formulário são fidedignas e retratam as condições em que se encontra o acervo, os atos praticados no serviço, assim como a relação dos livros utilizados e os documentos arquivados, e que as falhas havidas foram devidamente relatadas para correção, sendo as informações prestadas de minha inteira responsabilidade e constituem expressão da verdade, estando ciente das penalidades do art. 299 do Código Penal Brasileiro , e das sanções administrativas por eventual falsa declaração (Art., 32, da Lei 8935/94). Declaro, ainda, que tenho ciência de que essa Corregedoria Geral da Justiça, poderá, a qualquer tempo, realizar o monitoramento/fiscalização permanente, conforme preconizado nos artigos 11/14 do Código de Normas desta E. Corregedoria.**

**Comarca de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2024**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**assinatura**